

**NO CONTEXTO DA REALIDADE  
EDUCACIONAL BRASILEIRA:  
as escolas rurais paranaenses**

**Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Cecília Marins de Oliveira<sup>1</sup>**  
PPGE / UFPR e NP / Uniandrade  
[cecioliveira@onda.com.br](mailto:cecioliveira@onda.com.br)

**RESUMO:**

O estudo sobre as escolas rurais paranaenses se inscreve no contexto da década de 1930, quando a sociedade brasileira viveu fortes tensões no meio político, desencadeadas pelo Movimento Revolucionário, liderado por Vargas. O trabalho, resultado das pesquisas desenvolvidas no Projeto “Políticas Públicas: educação e saúde no ambiente escolar paranaense – da Província à República”, contou com fontes bibliográficas, documentos oficiais, relatórios e legislação, e objetivou conhecer a realidade escolar paranaense, estabelecendo a relação entre escolas urbanas e rurais, estas últimas, criação daquele momento. A metodologia qualitativa possibilitou a análise que evidenciou a precariedade das escolas primárias e a reestruturação do serviço de inspeção para sua revitalização. Os planos educacionais dos governos federal e estadual objetivaram estabilizar e expandir o ensino para oportunizar escolaridade e aprendizado profissional à população iletrada.

**Palavras-chave:** escolas rurais, ensino rural, trabalhadores rurais.

**IN THE CONTEXT OF THE BRAZILIAN  
EDUCATIONAL REALITY:  
Paraná’s agricultural schools**

**ABSTRACT:**

The study on Paraná’s agricultural schools pictures itself in the 1930’s, when the Brazilian society live strong tensions in the politics, triggered by Revolutionary Movement led by Vargas. Resultant of the Project of Research Public Politics: education and health in Paraná’s school environment - from the province to the republic, the work counted on bibliographical sources, official documents, reports and legislation, and objectified to know the Parana’s school reality, trying to establish a relation between urban and agricultural schools, considering the agricultural a creation of that period. The qualitative methodology made possible the analysis of the searched material, in which it was evidenced the precariousness of functioning of the primary schools and the reorganization of the inspection service for the revitalization of the schools. The educational plans formulated by the federal and state governments intended the stabilization of education and its expansion to provide scholarship to the biggest part of the illiterate population.

**Key-words:** agricultural schools, education, agricultural workers.

A compreensão do processo pedagógico em escolas de ensino básico tem sido, ao longo do tempo, alvo de debates entre educadores e estudiosos da área, com o

objetivo de traçarem diretrizes e procedimentos para obter uma qualidade de ensino que garanta uma formação profissional competente para atuar no mundo do trabalho.

Essa forma de moldar o homem para enfrentar a sociedade altamente competitiva, atinge a escola, principalmente o nível fundamental, por ser ele responsável pelo ensino básico que irá fundamentar posteriores conhecimentos. Os discursos oficiais buscam minimizar diferenças e favorecimentos de uns em detrimento de muitos, alicerçados por idéias que germinam e se revelam pouco eficazes para superar dificuldades.

Os encaminhamentos dados à educação, no século XX, com fortes reflexos no século XXI, resultaram de objetivos traçados no passado, nem sempre coroados de êxito ante os desafios de novos valores e influências internas e externas que constituíram pontos relevantes a serem enfrentados para a obtenção de um quadro educacional condizente com as necessidades da sociedade, e, porque não dizer, de acordo com os interesses ideológicos e políticos do Estado.

Os valores humanistas, impregnados na formação educacional brasileira, confrontam-se com os novos valores impostos por novos momentos, gerados pelas mudanças e transformações, que vão se delineando nas conjunturas políticas, sociais e econômicas. Repensar os valores e as mudanças leva a repensar a escola em seus diferentes níveis e modalidades de ensino, criados com a pretensão de atender mudanças, desafiar antigos princípios e estabelecer novos significados de visão de mundo. Assim, deixar de pensar o mundo atual e pensá-lo de maneira histórica induz a refazer uma leitura sobre o passado. Em dias atuais, em que se discutem questões de produção agrícola, formas de produção e formação de pessoas em culturas produtivas, os olhares voltam-se para o passado, para a escola e a formação que ela propicia.

Tanto assim que, no contexto em que o Brasil ingressa no processo de industrialização, duas medidas educacionais foram tomadas, uma visando a preparação de mão-de-obra qualificada para o setor industrial e comercial, e, outra, para o setor agrícola, apesar do empenho governamental em mudar a feição nacional de produtor agrícola. Tais medidas, tomadas a partir da década de 30, possibilitaram a criação de instituições, em nível nacional, patrocinadas pelas Associações Nacionais de Indústria e Comércio, e, em nível local, por iniciativa de governos estaduais com base em determinações federais, a criação de instituições escolares no meio rural que objetivaram, por um lado, a manutenção da população em idade escolar em seu meio ambiente e, por outro, uma formação adequada e compatível com o meio agrícola.

Os acontecimentos de ordem política, que ocorreram na década de 1930, inauguraram nova fase administrativa com o governo Vargas e repercutiram nas decisões sobre a educação, em razão da fragilidade da dimensão econômica e do sistema de governo até então vigente neste período. A educação, defendida por educadores e intelectuais, foi o ponto central do movimento pelo ensino inovado que abriu nova fase, tendo por lema a democracia na educação, que a política do governo Vargas assimilou e procurou estendê-la a toda população.

Assim, o período delimitado para o estudo das escolas rurais está compreendido entre os anos de 1930 e 1945, quando se estabeleceu a política do Governo Vargas e que se criou essa modalidade de escola, em meio a uma série de agitações em São Paulo, movimentos populares e ideológicos e fase autoritária do Governo, em 1937. No Estado do Paraná, para melhor compreensão da organização escolar procurou-se dar uma visão das modalidades de escolas para melhor entendimento do desenvolvimento do ensino.

A metodologia qualitativa que norteou o trabalho realizou-se mediante a análise crítica dos dados, com o emprego dos procedimentos da hermenêutica para

interpretação das fontes, que consistiu em apreender o conteúdo e o sentido das falas oficiais e não oficiais, para entender as convenções culturais próprias do período e do objeto de estudo. Os propósitos que orientaram este período político estão repassados de princípios de cidadania, patriotismo e nacionalidade, próprios do pensamento nazi-fascista que exerceu influência na política de Vargas.

A idéia de cidadania, na época, retornava como elemento sedimentador de valores e princípios de um Estado-Nação sob a influência de novos posicionamentos políticos e novas linhas de pensamento, nos quais o trabalhador rural ou urbano passava a ocupar espaço nos discursos oficiais. A reorganização das escolas, visando a preparação do trabalhador, surgia ante a necessidade da formação de uma mão-de-obra que atendesse às emergências do mercado agrícola, comercial e industrial.

Tânia Maria Grassi, em seu estudo “As faces da mulher que se forma professora na Curitiba do final do século XIX às décadas iniciais do século XX” (2003, p. 62-63), fala da importância que a escola passou a representar em termos de educação:

[...] a educação tinha um papel fundamental na resolução dos problemas nacionais. Educar o povo era moldá-lo de acordo com os ideais de Ordem e Progresso. [...] a população era considerada doente, marcada pelo vício, com falta de vitalidade, degradação e degeneração. A educação, [...] tornaria essa população saudável, disciplinada e produtiva, garantindo o progresso do País.

Esta concepção vai estar impregnada nas concepções da política popular traçada por Vargas, na qual a escola vai servir aos propósitos de um governo voltado para atender as necessidades populares, o analfabetismo e as condições precárias de vida do meio rural, com doenças que grassavam na população. (STERN, 2003).

Os debates pelo saneamento rural foram pontos altos nas discussões parlamentares com repercussões pelo país. No Paraná, o trabalho sanitário urbano e rural contou com o apoio do Instituto Bacteriológico de São Paulo, da Sociedade Paranaense de Medicina, do Governo do Estado e da Prefeitura Municipal. Os trabalhos iniciaram-se em Curitiba, no centro e nos arredores, onde imigrantes residiam produzindo alimentos que abasteciam a cidade. (STERN, 2003, p.80-82).

Em meio à idealização, que marcou a República, os anos das décadas de 1930 e 1940, pensou-se a escola pública primária, sua expansão e propagação, visando sanar o analfabetismo e os males epidemiológicos.

A criação do Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública evidenciava a associação de educação e saúde, sob a bandeira do nacionalismo de Vargas. No Paraná, o Interventor Mário Tourinho, em sua Mensagem ao Governo Provisório, em 5 de outubro de 1931, cientificava sobre problemas com o ensino primário e a formação profissional, desafios a serem superados. O Código de Ensino de 1917 continuava estabelecendo a organização escolar, inovando somente quanto à seleção de professores para as Escolas Normais do Estado e do Ginásio Regente Feijó, em Ponta Grossa, pelo Decreto nº 589, de 9 de março de 1931 (PARANÁ. Leis e Decretos-Leis [...] 1930 a 1937. Imprensa Oficial, 1954, p. 29).

Uma melhor distribuição das escolas primárias no Estado era apontada pelo Interventor, bem como a criação de outras Escolas Normais, além da Escola Normal Secundária da Capital e das duas Escolas Normais Primárias, uma em Paranaguá e outra em Ponta Grossa. Nesta Mensagem, Tourinho dava um retrato da situação do ensino primário, público e particular no Estado, dizendo:

Em 1931, nove grupos escolares funcionavam na Capital, com um total de 3.621 alunos; as escolas isoladas do Município, bem como os dos demais cursos diurnos e noturnos de Curitiba contavam com 904 alunos, totalizando 4.525 alunos matriculados em Escolas do Município de Curitiba; neste ano, o número de matrículas do ensino primário, em estabelecimentos públicos e particulares no Estado, totalizou 52.631 alunos; o total de alunos matriculados em escolas públicas era de 46.892 alunos e em escolas particulares de 5.739, totalizando 52.631 alunos. (PARANÁ. Mensagem em 5 de outubro de 1931, [s.l., s.d.] ).

Apesar de razoável o funcionamento das escolas, havia necessidade de uma reestruturação no ensino e nos setores, político, administrativo e financeiro do Estado, exigindo outras medidas do novo Interventor, Manoel Ribas.

Ratacheski (1953, p. 46) afirma que, embora sem muitas inovações pedagógicas, o funcionamento das escolas foi controlado segundo o programa orientado pelo Professor Pietro Martinez, na década de 1920, e, em vigor, até 1953. A reimpressão e distribuição dos programas escolares estabeleceram as disciplinas das diferentes séries e possibilitou o controle através da uniformização dos conteúdos a serem ministrados. O Governo do Estado regulamentou diversos procedimentos cotidianos e alterou regulamentações existentes no Código de 1917.

O Decreto Estadual nº 616, de 28 de novembro de 1930, alterou período de férias, data para exames finais e o Decreto Federal nº 19404, de 14 de novembro de 1930, determinou a aprovação e a promoção de alunos, sem exames finais, em escolas subordinadas ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores. (NISKIER, 1989, p. 246).

No Paraná, Manoel Ribas determinava a organização de um plano geral de construção de modernos Grupos Escolares, reformava e ampliava os prédios existentes. O Decreto Estadual nº 347, de 4 de fevereiro de 1931, uniformizava processos disciplinares aos professores públicos e aos alunos, delegados pelo Diretor Geral às demais autoridades do ensino. (PARANÁ. Relatório do Secretário de Estado, em 1935).

A preocupação de parlamentares estaduais, como Ermelino de Leão, comenta Pryjma (1999, p. 47), levou à elaboração de um novo Código para ser aprovado em 1937. (PR. Projeto n. 30 de 14 de janeiro de 1930). Todavia, o Golpe de Estado, naquele ano, impediu a aprovação do Código, permanecendo em vigor o de 1917, com alterações estabelecidas por Atos Ministeriais e pelo Governo do Estado em vigor antes ou após 1938. Entre as mudanças foram implementadas,

[...] a experimentação de programas mínimos, elaborados a partir da psicologia diferencial e experimental; a aplicação dos modernos métodos de ensino (Decroly, Montessori, Lourenço Filho, Fernando de Azevedo e outros); liberdade didática, criação de Cooperativas Escolares, em substituição às Caixas Escolares; organização de serviço médico, já instalado, e nomeados 4 médicos, instalação de serviço dentário; ampliação do plano de educação física; excursões, passeios e intercâmbio entre alunos de outras regiões; criação de bibliotecas [...]. (PARANÁ. Mensagem do [...] em 1937, p. 30).

Novos espaços, ambientes escolares e exigências sanitárias foram incorporados à educação, tornando a escola o centro de educação dentro e fora de seus contornos.

A Comissão Nacional do Ensino Primário, criada, em 1938, pelo Presidente da República, definia os objetivos para organização do ensino, em nível nacional:

- a) organizar um plano nacional de combate ao analfabetismo, apoiado pelos governos federal, estadual e municipal e iniciativa privada;
- b) definir o papel do governo federal, estadual e municipal para a nacionalização do ensino primário;
- c) caracterizar o tipo de ensino a ser ministrado nas cidades e zonas rurais;
- d) elaborar um programa nacional para o ensino primário. (BRASIL. Decreto-Lei nº 808, de 18 de novembro de 1938).

A obrigatoriedade do ensino, retornava com a força do Decreto-Lei nº 2.072, de 8 de março de 1940, (BRASIL. Decreto-Lei nº 2.072, de [...] 1940), que dispunha sobre a educação cívica, moral e física da infância e da juventude, fixando as bases para a organização da Juventude Brasileira, instituição a ser implantada em nível nacional.

Para compreender essa proposta, cabe retornar às décadas anteriores a 1930, quando o autoritarismo ganhou força no país, tendo por base os movimentos e as idéias totalitárias na Europa, com Mussolini, na Itália, em 1922, com Stalin na União Soviética e o nazismo, na Alemanha, em 1933. (BRASIL 500 anos, 1999, p. 694). Tais movimentos explicam as comemorações do Centenário da Independência do Brasil, o movimento nacionalista brasileiro, com repercussões na educação, que culminaram com a Semana de Arte Moderna, em 1922, em São Paulo.

Em 1941, Manoel Ribas em Relatório ao Presidente Vargas informava a inclusão à Federação de Escotismo de Associações de Escotismo de estabelecimentos de ensino de quatro cidades paranaenses, Iporã, Sertanópolis, Tomazina e Siqueira Campos. (PARANÁ. Relatório ao Presidente [...] de 1940-1941, 1942, p. 38).

A política nacional de educação, durante o Estado Novo, influenciada por ideologias totalitárias, acentuava o controle federal sobre a educação. Apesar da política reinante, as diretrizes educacionais tiveram prioridade e as reivindicações sociais foram pontos altos das ações do governo federal, como observa Rocha (1996, p. 135).

No Paraná, no período entre 1930 e 1945, apesar das idéias sobre a nova pedagogia, diz Ratcheski (1953, p. 35):

[...] nenhuma inovação pedagógica foi introduzida, a não ser as tentativas que se faziam na Escola Normal com Erasmo Pilotto e um pugilo de idealistas que nunca tomou conhecimento da revolução [...]. Os programas dos grupos escolares e Escolas Isoladas foram apenas reimpressos. A orientação fundamental foi a de Prieto Martinez, a qual vigorou até início de 1953 [...].

A estrutura organizacional das escolas públicas, prevista no Código de Ensino de 1917 e vigente no Governo Vargas, permanecia em funcionamento, classificando as escolas por categorias segundo as localidades. Entretanto, o exercício do magistério público e particular começava a ser controlado pelo Estado mediante princípios nacionalistas. Tanto assim que o Decreto nº 6.149, de 10 de janeiro de 1938, como Miguel (1992, p. 92) chama a atenção, regulamentava o exercício do magistério particular, em bases nacionalistas, após o advento da Carta de 1937, pretendendo estabelecer a nacionalização do ensino. Na verdade, diz a autora (Ibidem),

[...] tanto a organização do trabalho escolar quanto a classificação dos alunos refletia a inserção do sistema escolar no projeto político

nacionalista, no qual a sociedade era concebida em padrões rigidamente hierarquizados, compreendendo as “elites” e o “povo”, as primeiras condutoras do segundo.

As escolas primárias, segundo o Código de 1917, mantinham-se classificadas em simples, combinadas ou reunidas ou grupos escolares e escolas ambulantes. (PARANÁ. Decreto nº 17, de 9 de janeiro de 1917). As escolas simples e os grupos escolares, de acordo com sua localização, poderiam ser urbanas, suburbanas ou rurais e, ainda, masculinas, femininas e mistas. As escolas ambulantes funcionavam em sistema de circuito, em localidades com número insuficientes de alunos, permanecendo o professor três meses e meio em cada localidade. Nos anos de 1930 e 1940 não há nos documentos oficiais referências a estas escolas, levando a supor sua gradativa extinção.

As escolas rurais, criadas na década de 1930, não estavam compreendidas na categoria de suburbana ou rural prevista no Código de 1917. Estas foram escolas criadas em bairros ou povoados, cujo número de 20 alunos, justificava a criação de escola.

As escolas rurais que foram criadas a partir de 1930 tinham um objetivo definido, o ensino profissionalizante agrícola no Estado. Sua organização e funcionamento tinham particularidades, em relação ao ensino primário ministrado nos grupos escolares e à função social que deveriam cumprir.

A hegemonia da cidade sobre o meio rural era clara, uma vez que a vida urbana era altamente valorizada, estimulando o êxodo rural. A insatisfação era flagrante com o descaso à vida rural, como se observa neste artigo do Jornal “O Dia”:

[...] na elaboração das leis, na constituição de nossa disciplina social, é sempre a cidade que leva a melhor [...]. Há um favoritismo exagerado e pernicioso pelas cidades, em detrimento do campo [...]. Toda a organização de nossos serviços públicos ou de utilidade coletiva é feita e processada à revelia da zona rural, é como se ela não existisse. (SANTOS, Jornal “O Dia”, 1933).

As referidas escolas rurais existentes e em funcionamento, no Paraná, até 1933, estavam instaladas em ranchos sem a mínima condição de ambiente de ensino. Seus professores ou eram leigos ou eram mestres vindos da cidade que ali aguardavam suas promoções para as escolas urbanas sem residirem no local onde trabalhavam. Assim, além de não criarem vínculo com o local, eram totalmente estranhos ao meio rural. O serviço militar, inclusive, concorria para manter este descaso, afinal as unidades militares estavam concentradas nas cidades, levando os jovens, em idade de prestarem o serviço militar, para os centros urbanos.

Ratcheski confirma quando escreve, “[...] no Governo Ribas inicia-se o ensino rural [...]; criou ele várias Escolas Rurais que, hoje, ainda pontilham diversas cidades e vilas do interior e a Escola Rural, no Município de Ipiranga, destinada à formação de professores técnicos em agricultura e pecuária.” (RATCHESKI, 1953, p. 5).

O nome que desponta como idealizador desta idéia foi o de Erasmo Pilotto, educador e inovador do ensino, conforme já mencionara Ratcheski ao se referir à Escola Normal no Instituto de Educação. A idéia foi criar Escolas de Trabalhadores Rurais e Escola de Pesca, com internato e destinada a alunos entre a idade de 9 a 18 anos, fazendo da instituição uma granja-escola. (PILOTTO, 1954, p. 104).

A primeira construção, para funcionar uma Escola de Trabalhadores Rurais, aconteceu em 1934, em Curitiba. Edifício amplo, moderno, com dois pavimentos e

acomodações para duzentos alunos internos e para seiscentos externos que fariam o curso idêntico aos dos Grupos Escolares, diz Pryjma (1999, p. 78).

As Escolas Rurais foram criadas e mantidas pelo Estado, por meio do Decreto nº 234, de 22 de fevereiro de 1935, para formar profissionais para a agricultura com os conhecimentos técnicos e práticos suficientes para atender as necessidades da lavoura e da pecuária do Estado. O plano para a organização das escolas rurais resumia-se nas finalidades: preparar uma nacionalidade em relação às atividades do povo e do Governo; construir campo de experimentação das culturas regionais, bem como propagar o desenvolvimento de animais de raça; organizar um órgão de informação e de propaganda das possibilidades econômicas do Estado; prestar assistência educativa à infância desvalida, amparando-a a fim de formar elementos cômicos dos seus deveres; formar profissionais em agricultura, pecuária e pesca com todos os conhecimentos práticos para o exercício desses misteres. (PARANÁ. Lei nº 33, de 29 de outubro de 1935).

As Escolas possuíam um curso primário com duração de quatro anos e seguiam as mesmas instruções das escolas do Estado. Seus professores eram normalistas e estavam sob a tutela da Diretoria Geral de Educação. O ensino era teórico e prático, este último em campos de culturas, com máquinas agrícolas. O apoio técnico era dado por postos de zootecnia, avicultura e apicultura. Havia também instalações para laticínios, subprodutos de carne e conservas de frutos e legumes, além de oficinas de carpintaria e serralheria e cantina.

Três tipos de cursos compunham as Escolas Rurais: o Primário, seguindo o mesmo programa das escolas estaduais; o Complementar, em dois anos e dividido em quatro semestres; o Profissional, também em dois anos e dividido em quatro semestres. O regime escolar era de internato, com frequência obrigatória às aulas teóricas e práticas, que se iniciavam em 15 de fevereiro e terminavam em 30 de novembro, interrompidas por férias de 20 de junho a 10 de julho e de 1º de dezembro a 15 de fevereiro. Duas provas parciais teórico-práticas eram realizadas em cada semestre e a média mínima de aprovação era 4,0. Os repetentes que não alcançassem a média seriam excluídos do curso. (PARANÁ. Relatório ao Interventor Manoel Ribas, 1935, p. 106).

O Diretor da Escola deveria ser um profissional da agronomia e nomeado pelo Governo, podendo exercer o magistério em uma das cadeiras do curso. O quadro de funcionários era composto de professores normalistas e professores auxiliares, mestres de carpintaria e serralheria, chefes de internato, almoxarife, inspetores de alunos, serventes, cozinheiros, lavadeiras, remendeiras e trabalhadores de serviços gerais. Era uma equipe complexa para o bom andamento das Escolas.

Pelo Decreto nº 7.782, de 6 de janeiro de 1939, o Governo do Estado aprovou novo Regulamento das Escolas Rurais que passaram a ser chamadas de Escolas de Trabalhadores Rurais do Paraná. A primeira foi instalada em Curitiba sob a orientação do novo Regulamento, seguida da instalação de outras no interior do Estado. Com o tempo as Escolas deveriam ter sua independência econômica, serem auto-suficientes para se manterem e se desenvolverem. As Escolas de Trabalhadores foram criadas tanto para o sexo masculino quanto para o sexo feminino, funcionando independentes. Embora as disciplinas fossem as mesmas para os dois sexos, as mulheres contavam com aulas de educação doméstica.

Outros serviços foram incluídos na nova organização, como assistência alimentar, higiênica, sanitária e educacional dos internos, campo de criação, oficinas de trabalhos em ferro, madeira e couro e indústria rural.

Neste novo contexto regulamentar foram criados o Curso Primário Agrícola e o Curso Agrícola Profissional, sendo o primeiro com duração de quatro anos e

constituído de duas partes: a primeira idêntica ao ensino elementar dos grupos e a segunda, paralela e simultânea à primeira, compreendiam os trabalhos práticos de agricultura e pecuária.

O Curso Agrícola Profissional contava com oito cadeiras ministradas durante três anos. Eram admitidos candidatos entre 14 e 18 anos, com curso primário, frequência no último ano do Curso Primário Agrícola e recomendação de autoridade competente. O sistema de provas, avaliação, atribuição de notas era o mesmo adotado nos ginásios, ao final do qual o aluno recebia o título de Capataz Rural. (PARANÁ. Decreto nº 7.782, de 6 de janeiro de 1939, p. 1)

O Programa das Escolas Primárias Rurais compreendia as seguintes disciplinas:

1º ano – Trabalhos com instrumentos e máquinas agrícolas elementares de acordo com o físico do aluno. Serviço de lavras, destorramento e semeadeiras.

2º ano – Serviço de irrigação de plantações e de aplicação de adubos orgânicos e químicos. Multiplicação de plantas ornamentais. Escrituração agrícola elementar.

3º ano – Plantio e corte de gramados. Enxertos e podas de plantas ornamentais e de árvores frutíferas. Colheita de flores, legumes e frutos. Embalagem, conservação e acondicionamento. Multiplicação de plantas ornamentais por meio de sementes, estacas, mergulho e enxertia.

4º ano – Trabalhos práticos especializados em: laticínios, apicultura, sericultura, redação e contabilidade agrícola, trabalhos em ferro, couro e madeira nas oficinas, drenagem e irrigação, avicultura, emprego de inseticidas e fungicidas, zootecnia, veterinária, sementeiras, e viveiros, podas, campos de criação, conhecimento sobre raça dos animais, doenças mais comuns e tratamento, serviços de culturas em fazendas de criação. (PARANÁ. Decreto nº 7.782, de 6 de janeiro de 1939, p. 1).

As Escolas de Trabalhadores Rurais poderiam manter os Cursos Primário Agrícola e Agrícola Profissional ou somente um deles. A Escola de Operários Rurais “Carlos Cavalcanti” e a Escola de Pescadores “Antônio Serafim Lopes”, juntamente com a Escola de Reforma do Canguirí, tiveram a finalidade de recolher menores abandonados e delinquentes, por serem educandários de recuperação de menores.

Em 1944, funcionavam, no Paraná, Escolas que já tinham se tornado auto-suficientes. No total eram oito Escolas de Trabalhadores Rurais e duas de Pescadores, conforme constam no quadro:

#### Escolas de Trabalhadores Rurais do Estado do Paraná.

Escola	Localidade	Capacidade
Escola de Trabalhadores Rurais “Campo Comprido”	Curitiba	40 alunos
Escola de Trabalhadores Rurais “Canguirí”	Curitiba	85 alunos
Escola de Trabalhadores Rurais “Getúlio Vargas”	Palmeira	100 alunos
Escola de Trabalhadores Rurais “Rio Negro”	Rio Negro	65 alunos
Escola de Trabalhadores Rurais “Augusto Ribas”	Ponta Grossa	100 alunos
Escola de Trabalhadores Rurais “Olegário Macedo”	Castro	110 alunos
Escola de Trabalhadores Rurais “Faxinal de Catanduvas”	Cândido de Abreu	65 alunos
Escola de Trabalhadores Rurais “Ivaí”	Ipiranga	65 alunos
Escola de Pescadores “Guaratuba”	Guaratuba/Pguá	65 alunos
Escola de Pescadores “Antônio Serafim Lopes”	Ilha das Cobras/Pg	65 alunos



Total da capacidade	760 alunos
Alunos internos	800 alunos

Fonte: SITTONI, Revista Expansão, 1944, p. 17.

As Escolas relacionadas, com o passar do tempo, acabaram se transformando em educandários de reabilitação ou, pior, depósito de menores. Na época, Pilotto fazia severa crítica à subordinação das Escolas à Secretaria de Agricultura, sem que houvesse um plano de organização racional. Sua defesa era sustentada pela concepção de uma educação de formação geral na escola primária, permitindo a aquisição mínima de conhecimentos. (PILOTTO, 1954, p. 104.).

A escola primária ao ser concebida como escola do trabalho, diz Azevedo (1930, pp. 167-184), deveria espelhar no seu ensino a sua caracterização. Além de selecionar as matérias, preocuparam-se em agrupá-las em áreas, cujos títulos expressavam diferentes aspectos da educação de primeiras letras. Antecipando o seu tempo, Azevedo ainda assevera, os estudos tinham que partir da realidade concreta do aluno para, posteriormente ir alargando o campo de conhecimento.

A criação das Escolas Rurais Primárias ou Profissionais e sua trajetória na educação do Estado do Paraná, considerando sua proposta, tiveram papel importante na preparação de pessoal qualificado para o trabalho no meio rural. A falta de continuidade de políticas de educação de governos posteriores acabou por reduzir as escolas a meros abrigos ou escolas correcionais, expressando uma ação prática insuficiente para atender a realidade educacional e, principalmente, a reabilitação e a socialização de menores delinquentes nas escolas destinadas a esta finalidade.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Fernando. **A cultura brasileira**: introdução ao estudo da cultura no Brasil. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1963. v.4.

BRASIL 500 anos. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

GRASSI, Tânia Mara. **As faces da mulher que se forma professora na Curitiba do final do século XIX às décadas iniciais do século XX**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Teologia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2003.

MIGUEL, Maria Elizabeth Blanck. **A pedagogia da escola nova na formação do professor primário paranaense**: início, consolidação e expansão do movimento. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1992.

NISKIER, Arnaldo. **Educação brasileira**: 500 anos de história. São Paulo: Melhoramentos, 1989.

PILOTTO, Erasmo. **A educação no Paraná**. Rio de Janeiro: CILEM, MEC, INEP, 1954.

PRYJMA, Marielda Ferreira. **A organização escolar**: a análise da escola primária paranaense no período de 1930 a 1945. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1999.

RATACHESKI, Alir. **Cem anos de ensino no Estado do Paraná**. Curitiba: [s.n.t.], 1953.

ROCHA, Marlos. Tradição e modernidade na educação: o processo constituinte de 1933-34. In FÁVERO, Osmar. **A educação nas constituintes brasileiras – 1823-1988**. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.

SANTOS, Arthur. Crise brasileira de educação. Jornal “**O Dia**”, Curitiba, 29 mar. 1933.

SITTONI, Delmar. Escolas de Trabalhadores Rurais. **Revista Expansão**, Curitiba, Câmara de Propaganda e Expansão Comercial do Paraná, 2º sem., 1944.

STERN, Íria. **As campanhas de prevenção às doenças e sua ação educativa**. (Dissertação). Mestrado em Educação - Programa de Pós Graduação em Educação, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná. Curitiba: 2002.

**BRASIL**. Legislação.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 2.072, de 8 de março de 1940. Estabelece a obrigatoriedade da educação cívica, moral e física de crianças e jovens e cria a Juventude Brasileira. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, mar., 1940.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 808, de 18 de novembro de 1938. Cria a Comissão Nacional do Ensino Primário e estabelece suas competências. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, nov., 1938.

**PARANÁ**. Mensagens, Relatórios, Legislação.

\_\_\_\_\_. **Mensagem do Interventor Mário Tourinho ao Presidente do Governo Provisório da República, Sr. Getúlio Dornelles Vargas, em 5 de outubro de 1931**. Curitiba: Imprensa Oficial, [s.d.].

\_\_\_\_\_. **Mensagem do Governador Manoel Ribas à Assembléia Legislativa**. Curitiba: Imprensa Gráfica Paranaense, 1937.

\_\_\_\_\_. **Relatório apresentado ao Interventor Manoel Ribas, pelo Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda e Obras Públicas**, 1935. [S.l.: s.n.t.].

\_\_\_\_\_. **Relatório do Interventor Manoel Ribas ao Presidente Getúlio Vargas referente ao exercício de 1940-1941**. Curitiba: Imprensa Gráfica Paranaense, 1942.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 17, de 9 de janeiro de 1917. Aprova o Código de Ensino para o Estado do Paraná. **Coleção de decretos e regulamentos de 1917**. Curitiba: Typ. da República, 1917.

\_\_\_\_\_. Projeto nº 30 de 14 de janeiro de 1930. Aprova a Reforma do Ensino no Estado. **Diário Oficial do Estado do Paraná**, Curitiba, jan. de 1930.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 589, de 9 de março de 1931. Institui o concurso para professores. **Leis e Decretos-Leis do Estado do Paraná de 1930 a 1937**. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado, 1954.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 234, de 22 de fevereiro de 1935. Determina a criação de escolas rurais para a formação profissional na agricultura e na pecuária. **Leis e Decretos-Leis do Estado do Paraná de 1930 a 1937**. Curitiba: Imprensa Oficial, 1954.

\_\_\_\_\_. Lei nº 33, de 29 de outubro de 1935. Autoriza a disseminação do ensino primário através das escolas rurais. **Leis e Decretos-Leis do Estado do Paraná de 1930 a 1937**. Curitiba: Imprensa Oficial, 1954.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 7.782, de 6 de janeiro de 1939. Aprova o Regulamento das Escolas de Trabalhadores Rurais no Estado. **Diário Oficial do Estado do Paraná**. Curitiba, 6 jan. 1939.

1 Pesquisadora do PPGE-UFPR e Núcleo de Pesquisa-UNIANDRADE; [cecioliveira@onda.com.br](mailto:cecioliveira@onda.com.br)

Artigo recebido em: 25/6/2008

Aprovado para publicação em: 29/8/2008